

Guia sobre como elaborar materiais informativos e outros documentos referentes à mudança climática



O planeta é nossa casa.
Sinta o clima!

Projeto financiado por



GLOBAL GREENGRANTS FUND

Elaborado por:
Elizabeth Campos Sánchez
y Andrea Herrera

Tradução para o português:
Sarah Barreto Marques

Desenho de portada:
Joaquín Del Castillo Campos

Correção e adaptação
acessível:

Norka Calderón Velásquez

Guia de elaboração de materiais informativos e outros documentos referentes às mudanças climáticas

Sumário

| | |
|--|----|
| Guia de elaboração de materiais informativos e outros documentos referentes às mudanças climáticas..... | 1 |
| Sumário | 1 |
| Prólogo | 3 |
| Introdução | 6 |
| Quem Somos? | 9 |
| Inclusão de pessoas cegas e com baixa visão em ações relacionadas às mudanças climáticas e à justiça ambiental | 10 |
| Informações sobre os tratados internacionais relativos às mudanças climáticas | 11 |
| O direito de viver em um ambiente saudável | 14 |
| ¿Para quem é este guia? | 15 |
| Objetivos deste guia | 16 |
| Resultados esperados com este guia | 17 |
| ¿Por que é importante que as informações sobre mudanças climáticas e justiça ambiental cheguem a todas as pessoas? | 17 |
| ¿A quem podemos chegar se nossos documentos estiverem em diferentes formatos? | 19 |
| Conceitos chave | 21 |
| Deficiência | 21 |
| Deficiência visual | 21 |
| Cegueira | 22 |
| Baixa visão | 22 |
| Acessibilidade | 23 |
| Desenho Universal | 23 |
| Comunicação | 23 |
| Discriminação por motivo de deficiência | 23 |
| Participação efetiva | 24 |
| Documentos impressos acessíveis para pessoas cegas ou com baixa visão | 24 |
| Sistema braille | 24 |
| Impressão em fonte ampliada | 25 |
| Documentos digitais acessíveis para pessoas cegas ou com baixa visão em diferentes formatos | 26 |
| Documentos do Word | 26 |
| 1. Como verificar ou mudar o idioma de um documento para que seja o mesmo idioma do conteúdo do documento | 26 |
| 2. Títulos e a estrutura de um documento | 27 |
| 3. Listas numeradas ou com marcadores | 28 |
| 4. Fontes acessíveis para pessoas com baixa visão | 28 |
| 5. Tamanho da fonte | 29 |
| 6. Alinhamento de textos: | 29 |

| | |
|--|----|
| 7. Espaçamento entre linhas e separação de parágrafos | 29 |
| 8. Margens de texto | 30 |
| 9. Cor da fonte e do fundo na criação de documentos | 30 |
| 10. Inserção de textos em colunas | 31 |
| 11. Criação de tabelas no Word | 31 |
| 12. Texto alternativo em imagens, gráficos ou esquemas | 32 |
| Documentos PDF | 33 |
| Documentos HTML | 36 |
| Documentos EPub | 38 |
| Audiovisuais acessíveis | 39 |
| Documentos de áudio | 39 |
| Vídeos acessíveis | 40 |
| Audiodescrição: | 40 |
| Acessibilidade nas redes sociais | 42 |
| Facebook | 42 |
| Uso de texto alternativo em imagens | 42 |
| Criação de vídeos com legendas e audiodescrição | 43 |
| Melhoria da acessibilidade nos stories | 43 |
| Medidas para acessibilidade em publicações | 44 |
| Instagram | 44 |
| Uso de texto alternativo em imagens e reels | 44 |
| Melhoria da acessibilidade nos stories | 45 |
| Inclusão de legendas e áudio descrição em vídeos | 45 |
| Adicionar audiodescrição | 45 |
| Twitter (atualmente denominado X) | 46 |
| Uso de descrições em imagens | 46 |
| Inclusão de legendas e áudio descrição em vídeos | 46 |
| Adicionar audiodescrição | 46 |
| Uso de hashtags acessíveis | 47 |
| LinkedIn | 47 |
| Uso de texto alternativo em imagens | 47 |
| Inclusão de legendas e audiodescrição em vídeos | 47 |
| Medidas para acessibilidade em perfis e páginas de empresa | 48 |
| YouTube | 48 |
| Inclusão de texto alternativo | 48 |
| Uso de legendas nos vídeos | 49 |
| Adicionar audiodescrição | 49 |
| Critérios de acessibilidade web que devem ser contemplados para que a informação compartilhada não seja excludente | 50 |

Prólogo

“As crianças devem passar de aprender a ler para aprender lendo”

(Gregório Luri)

O acesso à informação, as comunicações, as tecnologias da informação e comunicação e ao desenvolvimento da inteligência artificial está ligado a processos complexos e diversos. Quero iniciar esta conversa a partir da Perspectiva da Leitura porque este é um dos centros mais importantes nos debates em torno do conhecimento.

Aprender a ler Depende de fazer parte, entre outros contextos, de culturas pobres ou ricas. Segundo Luri uma cultura rica é aquela Onde existem grandes possibilidades de acesso a diálogos, conversas e livros, através dos quais aprendemos um número significativo de novas palavras todos os dias e, acumulados vários anos da infância, esse número de palavras pode chegar a milhares.

O outro espaço cultural, que se qualifica como pobre, significa poucas palavras. Este fenômeno impacta a leitura, a compreensão do texto.

Quanto mais palavras conhecidas mais fácil é a interpretação e a leitura

E, obviamente, temos de falar da escola. Não só do que acontece na sala de aula ou nos Laboratórios, mas também dos espaços de descanso, entretenimento ou Recreio onde além do palavrear está a experiência do encontro com o outro, com o espaço onde nos expomos as feridas e aos golpes, consequências das brincadeiras, de pular, de rodar, de correr, de gritar, rir ou chorar, perder e ganhar

Tudo isso faz parte de um aprendizado, tudo isso faz parte de pertencer a uma cultura: "aprender a ler para aprender lendo", este é o segredo, é alcançar os primeiros graus de autonomia e Independência.

O acesso ao texto em braille, seja transcrito manualmente por professores, familiares ou pelas próprias crianças cegas, ou pela transcrição mecânica ou eletrônica, é uma Peça importante para o processo de leitura. Mas o texto em Braille deve estar acompanhado daquele palavreado, daqueles encontros e desencontros, da sala de aula, do laboratório e do pátio de recreio, da experiência da conversa.

Uma “quebrada” pode referir-se a uma linha que se fragmenta formando distintos ângulos ou à maré, que tem um som especial, diferente, que varia com as estações de seca e de chuvas, cuja água tem um cheiro que muda conforme está mais perto ou mais longe de um centro povoado. Uma "quebrada" pode ser um lugar de encontro, relaxamento, entretenimento, crescimento espiritual, recreação e lazer. Mas também uma ameaça, quando algo se rompe ou destrói, podendo significar a diferença entre vida e morte, prosperidade e ruína.

Sem contexto, a voz "quebrada", a palavra escrita "quebrada", não significa nada, é vazia e oca e pode ser qualquer coisa.

"Vulcão" pode ser um tipo de bolo, uma pessoa muito agitada, cheiro de enxofre ou sinônimo de tremor, ou pode ser um rugido ou simplesmente nada.

Para que o palavrear, a conversa e o diálogo, o livro, as cartilhas e manuais em Braille ou em um formato eletrônico acessível tornem possível o processo de aprender lendo é necessário eliminar não só a barreira de acesso ao texto ou ao material audiovisual, mas também a barreira atitudinal, aquela que impede que as crianças e adultos cegos e com baixa visão sejam parte de uma comunidade, de uma sociedade.

Em se tratando da prevenção de riscos e em todo o processo de gestão de riscos, todas as pessoas têm direitos, obrigações e responsabilidades. A educação, a leitura, o fazer parte de uma cultura e uma comunidade significam poder salvar sua vida ou a vida de outra pessoa.

As pessoas com deficiência devem fazer parte das simulações dos roteiros, devem identificar todos os fenômenos naturais, todas as estruturas urbanísticas, inclusive todo o contexto Rural e toda a paisagem do ambiente que a rodeia, para que sua participação na gestão de riscos seja real e efetiva.

Acessibilidade significa uma garantia para o exercício pleno, independente e autônomo de outros direitos como o direito à informação, ao acesso ao conhecimento, às tecnologias, à participação Comunitária e cívica e ao acesso à tomada de decisões.

A audiodescrição para os materiais audiovisuais, textos, manuais, cartilhas e publicidade de gestão de riscos faz parte indiscutível desse processo que pode marcar a diferença entre salvar vidas e a catástrofe.

Dean Lermen

Comunicador social jornalista

Mestre em estudos políticos

Professor universitário

Introdução

As mudanças climáticas podem causar problemas para todas as pessoas, no entanto, não acessar informações em formatos acessíveis e de forma oportuna pode aumentar a exposição de algumas pessoas com deficiência.

Os impactos das mudanças climáticas também exacerbam as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência, dificultando sua participação e autonomia.

Devido à sua dependência e relação próxima com os recursos naturais, as pessoas indígenas com deficiência podem ser ainda mais afetadas pelas mudanças climáticas.

As pessoas com deficiência que se deslocam para outros territórios podem enfrentar desafios relacionados com a necessidade de dispositivos de assistência, animais de serviço e acesso adequado a transporte, alojamento e serviços. Os dispositivos de ajuda podem ser perdidos ou danificados, deixando as pessoas com deficiência em maior risco de perder sua autonomia.

Os planos de redução de riscos frequentemente não incluem as pessoas com deficiência. As informações e alertas nem sempre são acessíveis.

Em situações de emergência as mulheres e meninas com deficiência se encontram em maior risco de violência e exploração.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, aproximadamente 2,2 bilhões de pessoas têm alguma forma de deficiência visual, cifra que poderá aumentar com o envelhecimento da população pelo aumento da expectativa de vida. Essas pessoas requerem que as informações referentes aos diferentes fenômenos atmosféricos causados pelo aquecimento global se encontrem em formatos acessíveis de acordo com sua condição visual.

A informação em formatos acessíveis y em momento oportuno pode ser ainda mais importante se pensarmos em situações de emergência nas quais é vital saber onde encontrar comida, água, cuidados de saúde, um lugar seguro para viver e educação.

Informações relevantes que expliquem as pessoas com deficiência o que está acontecendo por causa das mudanças climáticas e quais são suas consequências deveriam estar em diferentes formatos acessíveis e de fácil acesso por diferentes meios.

O acesso à informação é um direito fundamental reconhecido internacionalmente que, adquire uma relevância ainda maior para as pessoas cegas e com baixa visão especialmente em contextos críticos como a justiça ambiental e a gestão de riscos de desastres relacionados com as mudanças climáticas. Esse direito está respaldado pela convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (CDPD) que destaca a importância de garantir a acessibilidade na comunicação e informação, permitindo a todas as pessoas participar ativamente na sociedade. Nesse contexto a observação geral número 2.36 de 2014 diz: *O pleno acesso ao entorno físico, ao transporte, a informação e a comunicação e aos serviços abertos ao público é verdadeiramente uma condição prévia essencial para o gozo efetivo de muitos direitos amparados pela convenção. Em situações de risco, desastres naturais e conflito armado os serviços de emergência devem ser acessíveis às pessoas com deficiência, ou do contrário não será possível salvar-lhes a vida nem proteger seu bem-estar (art. 11). A acessibilidade deve ser incorporada como prioridade no esforço de reconstrução após os desastres. Portanto a redução do risco de desastres deve levar em conta a acessibilidade e incluir a deficiência.*

Além disso, o acordo de Paris e o Marco de Sendai para a redução de riscos de desastres enfatizam a necessidade de envolver a todos os setores da população na tomada de decisões e na implementação de medidas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Para as pessoas com deficiência visual a acessibilidade à informação é peça chave para exercer seus direitos e contribuir na tomada de decisões que afetam seu entorno e qualidade de vida. Sem acesso adequado à informação essas pessoas ficam excluídas de processos fundamentais que permitem a adaptação e resposta ante os desafios ambientais. Portanto é essencial que os materiais informativos e os documentos relacionados às mudanças climáticas e a justiça ambiental sejam elaborados em formatos acessíveis cumprindo, padrões que permitam sua compreensão e uso por parte de pessoas cegas e com baixa visão. Isso não só promove a inclusão e a equidade, mas também fortalece a resiliência Comunitária ao garantir que todas as vozes sejam escutadas e consideradas na construção de um futuro sustentável e justo.

Uma porcentagem significativa de pessoas com deficiência visual utiliza as redes sociais como ferramenta essencial de comunicação e acesso à informação. A acessibilidade em redes sociais não só permite que as pessoas cegas e com baixa visão acessem as informações, mas também garante a sua participação ativa nos debates e na tomada de decisões sobre assuntos que as afeta diretamente.



Quem Somos?

A união latino-americana de cegos (ULAC) é uma organização internacional não governamental e sem fins lucrativos que representa as pessoas cegas e com baixa visão da América Latina.

Foi fundada em 15 de novembro de 1985 na cidade de Mar del Plata, Argentina. Sua criação foi o resultado da vontade do conselho latino-americano para o bem-estar das pessoas cegas (CPPC) e da organização latino-americana de cegos (OLAP). Ambas as entidades se dissolveram para dar vida à ULAC, entendendo que a unidade seria o caminho mais adequado para representar os interesses das pessoas cegas e com baixa visão da região.

Em 26 de novembro de 1986 o ministério das relações exteriores da República oriental do Uruguai reconheceu a união como organização não governamental sem fins lucrativos com personalidade jurídica número 383/986, de acordo com o disposto no decreto 334/70 de 14/07/1970.

Tem como âmbito de ação a região latino-americana e seu domicílio institucional está localizado na cidade de Montevideu, Uruguai, onde está sediado seu escritório técnico.

Missão: a ULAC representa as pessoas cegas e com baixa visão através das organizações membros dos 19 países da região. Atua na promoção e defesa de seus direitos e liberdades fundamentais; impulsiona sua participação e sua incidência política para acessar os espaços de tomada de decisão e empreende ações para alcançar uma real e efetiva inclusão social.

Visão: ser a organização político-técnica da América Latina representativa dos interesses e direitos das pessoas cegas e com baixa visão e de suas organizações perante os estados e organismos internacionais, com autonomia política e sustentabilidade.

Inclusão de pessoas cegas e com baixa visão em ações relacionadas às mudanças climáticas e à justiça ambiental

Os alertas sobre eventos climáticos que representem perigo para a população devem ser acessíveis a toda a população, incluindo chuvas torrenciais que podem causar deslizamentos ou inundações, bem como incêndios florestais ou tempestades tropicais.

Deve-se oferecer informação acessível sobre os planos nacionais de adaptação as mudanças climáticas, para que as pessoas cegas e com baixa visão possam avaliar como deveriam ser incluídas para que esse segmento da população não fique para trás.

Os planos de resposta frente a desastres devem ser compartilhados em diferentes formatos acessíveis, de maneira que as pessoas com deficiência, através de suas organizações, possam realizar a incidência necessária para que se incluam de forma eficiente as pessoas cegas e com baixa visão.

Esses planos devem incluir:

- a. Resgate.
- b. Provisão de alimentos.
- c. Provisão de água para consumo humano.
- d. Provisão de ajuda financeira.
- e. Apoio para recuperação de tecnologias assistivas para a autonomia das pessoas cegas ou com baixa visão.
- f. Informação sobre retorno à educação com enfoque inclusivo para as pessoas cegas e com baixa visão.
- g. Informação acessível sobre acesso à justiça.

Informações sobre os tratados internacionais relativos às mudanças climáticas

Principalmente no que se refere ao Fundo de Perdas e Danos e a inclusão na Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima e todo documento que mencione a importância de incluir a população com deficiência.

Para incluir as pessoas com deficiência visual no diálogo sobre “Perdas e Danos” e sobre o financiamento para a recuperação perante as mudanças climáticas é crucial adotar um enfoque inclusivo que garanta sua plena participação e acesso à informação.

A inclusão das pessoas com deficiência visual na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é essencial para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas capacidades, tenham oportunidade de participar ativamente na tomada de decisões sobre questões que afetem suas vidas e o planeta.

Reconhecer o direito a participação ativa, efetiva e significativa das pessoas com deficiência visual implica vários aspectos chave:

Acessibilidade da informação

- Formatos alternativos: proporcionar todas as informações relacionadas com Perdas e Danos. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e outros documentos que mencionam a importância de incluir as pessoas com deficiência devem estar disponíveis em formatos acessíveis, como audiolivros, ou texto compatível com leitores de tela. Esses formatos permitem que as pessoas com deficiência visual acessem as informações de maneira independente.

Participação em fóruns e diálogos

- Plataformas inclusivas: Assegurar que as plataformas onde se discutem esses temas, online ou presenciais, sejam concebidas para ser acessíveis. Aqui estão incluídos os websites em conformidade com as normas WCAG e a

disponibilização de equipe de apoio em reuniões presenciais. As pessoas com deficiência devem ter uma participação plena, efetiva e significativa, especialmente em espaços de tomada de decisão como a formulação de políticas públicas, programas sociais ou reuniões para as negociações da UNFCCC, reconhecendo requisitos específicos, incluindo considerar como as medidas para mitigar ou adaptar-se a mudança do clima podem afetar essa população e como, estando preparadas, podem contribuir com as soluções.

- Convites específicos: Incluir organizações que representem pessoas com deficiência visual no planejamento de fóruns climáticos assegurando que suas vozes sejam ouvidas e consideradas nas decisões políticas.

Educação e sensibilização

- Materiais educativos acessíveis: Desenvolver e distribuir materiais educativos sobre perdas e danos em formatos acessíveis para pessoas com deficiência visual. Pode-se incluir vídeos com áudio descrição, materiais em braile e recursos online que sejam compatíveis com tecnologia assistivas como os leitores de tela ou ampliadores.
- Capacitação: Capacitar educadores e líderes comunitários sobre como incluir e apoiar pessoas com deficiência visual em discussões sobre justiça climática e financiamento para a recuperação.

Pesquisa e dados inclusivos

- Levantamento inclusivo de dados: assegurar que as pesquisas sobre os impactos das mudanças climáticas, incluindo o levantamento de dados sobre perdas e danos, considere as experiências e necessidades específicas das pessoas com deficiência visual.
- Impacto desigual: reconhecer e abordar o fato de que as pessoas com deficiência, incluindo aquelas com deficiência visual, eventualmente enfrentam impactos mais severos em situações de desastre devido a barreiras adicionais no acesso a recursos e serviços.

Formulação de políticas e programas

- Inclusão no planejamento: Incluir pessoas com deficiência visual na formulação e implementação de políticas e programas de financiamento para a recuperação perante as mudanças climáticas. Garantir que essas políticas considerem suas necessidades específicas e trabalhem para eliminar as barreiras que enfrentam.
- Mecanismos de financiamento acessíveis: Formular mecanismos de financiamento que sejam acessíveis e que possam ser utilizados por pessoas com deficiência visual, com processos de solicitação simplificados e assistência disponível quando for necessário.

Empoderamento comunitário

- Participação ativa: Facilitar a participação ativa de pessoas com deficiência visual em movimentos de Justiça climática. Apoiar sua liderança dentro de suas comunidades e a nível internacional para que possam lutar por seus direitos e necessidades no contexto da crise climática.

Sensibilização pública

- Campanhas inclusivas: desenvolver campanhas de sensibilização que sejam inclusivas representando pessoas com deficiência visual e destacando seus desafios específicos relacionados com as mudanças climáticas. Essas campanhas devem ser acessíveis e atingir um público amplo.

Incluir as pessoas com deficiência visual no diálogo sobre Perdas e Danos, bem como nos acordos da UNFCCC, não é somente uma questão de justiça e equidade, mas também enriquece as discussões ao acrescentar uma perspectiva diversa e necessária. As políticas e ações resultantes desses diálogos devem ser inclusivas e acessíveis para assegurar que ninguém fique para trás na luta contra os efeitos das mudanças climáticas.

O direito de viver em um ambiente saudável

A tripla crise planetária de mudança climática, a perda de recursos naturais e da biodiversidade e a contaminação afetam cada vez mais os direitos humanos das pessoas em todo o mundo. Desde as secas provocadas pela mudança climática que aceleram a fome e a miséria em todo o mundo, até a contaminação que afeta as fontes de água em toda parte, a crise do meio ambiente Mundial possui impactos sem precedentes nas comunidades mais periféricas do mundo.

Em julho de 2022 as Nações Unidas acolheram o reconhecimento da assembleia geral de um ambiente limpo, saudável e sustentável como direito humano. Esse reconhecimento acompanhou a resolução 48/13 do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que reconheceu o direito em outubro de 2021. Essas resoluções representam uma conquista decisiva na mobilização para a proteção do direito humano ao meio ambiente saudável e aos direitos humanos interdependentes e indivisíveis que dele dependem. O reconhecimento do direito ao meio ambiente saudável empodera todas as pessoas com uma ferramenta fundamental para responsabilizar seus governos, os grandes contaminadores e todos os responsáveis pelo dano ambiental.

Todas as pessoas têm direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável. Como os direitos humanos e o meio ambiente são interdependentes, é necessário um meio ambiente limpo, saudável e sustentável para que se possa usufruir completamente de uma ampla gama de direitos humanos, como o direito à vida, a saúde, a alimentação, ao acesso ao abastecimento de água potável, aos serviços de saneamento e ao desenvolvimento, entre outros.

O direito das pessoas com deficiência a um meio ambiente saudável é um aspecto fundamental na busca por justiça ambiental e climática, já que essas pessoas costumam ser mais vulneráveis aos efeitos adversos da degradação ambiental. A participação efetiva das pessoas com deficiência junto com suas comunidades é essencial para que possam transformar-se em agentes de mudança na proteção e melhoria do ambiente que as rodeia.

O enfoque baseado em direitos é crucial para o desenvolvimento e implementação de políticas de meio ambiente efetivas. Este enfoque ressalta a importância de empoderar aqueles grupos mais afetados pela degradação ambiental, incluindo os povos indígenas, as mulheres, as crianças, as pessoas idosas, as pessoas com deficiência e quem vive na pobreza. A justiça climática, que tem como temas centrais a distribuição equitativa de encargos e benefícios, a participação na tomada de decisões e o respeito à diversidade cultural, é uma ferramenta essencial para garantir que as políticas ambientais sejam inclusivas e respeitem os direitos de todos os grupos vulneráveis.

Além disso, a participação das comunidades nos processos de tomada de decisão e seu acesso à informação e a justiça em assuntos ambientais são componentes chave para assegurar resultados sustentáveis e legítimos. Este enfoque inclusivo não só melhora a eficácia das políticas ambientais, mas também promove um desenvolvimento resiliente ao clima, o qual é fundamental para o bem-estar das Gerações atuais e futuras.

Em resumo, o direito das pessoas com deficiência a um meio ambiente saudável, à justiça ambiental, a planos de resposta inclusivos e ao que se refere ao Fundo de Perdas e Danos, não pode realizar-se plenamente sem sua participação ativa, efetiva e significativa, junto as suas comunidades. Somente através de um enfoque inclusivo e baseado em direitos é que se pode garantir que essas pessoas sejam verdadeiros sujeitos de mudança na proteção e melhoria de seu em torno.

¿Para quem é este guia?

Este guia está direcionado para pessoas físicas ou jurídicas especialistas na temática da Justiça ambiental e mudanças climáticas, a qual está afetando todo o planeta, mas que afeta de maneira desproporcional os grupos populacionais em condição de vulnerabilidade, os quais estão elaborando estudos com coleta de dados, vozes e experiências positivas e negativas. Graças a uma análise exaustiva, geram recomendações fundamentadas em documentos técnicos e se transformam em importante ferramenta para as decisões referentes à formulação e

implementação de políticas públicas, Programas ou serviços que serão implementados nos diferentes países.

Às Servidoras e servidores públicos que trabalham nas agências governamentais gerando conteúdos e que, muitas vezes por desconhecimento, esses conteúdos não são publicados de forma acessível.

A todas aquelas pessoas que consideram que o acesso à informação é um direito humano e que sabem que esse direito está reconhecido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).

Objetivos deste guia

Este guia tem como objetivo proporcionar orientação prática e detalhada sobre como criar publicações acessíveis em websites, redes sociais e conteúdos impressos, direcionados a pessoas cegas e com baixa visão. Nas sessões seguintes serão abordadas as melhores práticas e diretrizes específicas para a elaboração de documentos digitais em formatos Word, PDF, HTML e EPub, conteúdos em áudio e vídeos, publicações nas plataformas mais populares como Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn e YouTube, bem como publicações em sistema Braille ou fonte ampliada, assegurando que o conteúdo seja compreensível e possa ser utilizado por todos os usuários.

Incentivar que todas as publicações compartilhadas sobre a temática das mudanças climáticas e da Justiça ambiental respeitem critérios de acessibilidade para que as pessoas cegas e com baixa visão acessem o conteúdo em igualdade de condições com as demais pessoas.

Fomentar condições de acesso que garantam a participação ativa e significativa das pessoas com deficiência visual em todos os espaços de ação para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Resultados esperados com este guia

Os leitores devem ser capazes de:

- Compreender a importância da acessibilidade em redes sociais e documentos digitais, seu impacto na inclusão e na equidade
- Conhecer as diretrizes Gerais de acessibilidade digital baseadas na WCAG (Web Content accessibility Guidelines).
- Aplicar boas práticas específicas para cada plataforma, para assegurar que suas publicações sejam acessíveis, como o uso de texto alternativo em imagens, a inclusão de descrição em vídeos e a configuração de acessibilidade nas plataformas.

¿Por que é importante que as informações sobre mudanças climáticas e justiça ambiental cheguem a todas as pessoas?

Todas as pessoas têm direito a desfrutar de um meio ambiente adequado para nosso desenvolvimento e bem-estar. Portanto, cabe a todos, cidadãos e governos, proteger o meio ambiente e cuidar de nossos recursos naturais.

Quando falamos de todos os seres humanos reconhecemos que é importante promover e garantir o tratamento justo e a participação significativa de todas as pessoas de diferentes condições tais como a etnia a qual pertencem, idade, nacionalidade, nível de escolaridade, gênero ou deficiência, no que diz respeito ao desenvolvimento, a implementação e ao cumprimento das leis, regulamentos e políticas ambientais.

Devemos levar em conta critérios para adotar decisões ambientais, em para que haja maior equidade na distribuição de encargos e benefícios e uma regulamentação do acesso, uso e aproveitamento dos recursos naturais, os quais são cada vez mais escassos.

No centro de toda a ação Comunitária Deverá estar o reconhecimento de seus territórios e das capacidades de todas as pessoas, bem como a sua participação efetiva em todos os espaços de tomada de decisão.

Para garantir o direito das pessoas cegas e com baixa visão a ter uma participação efetiva na tomada de decisão, bem como as ações que venham a ser executadas na comunidade para mitigar os efeitos das más práticas que causam danos ao meio ambiente, é necessário que lhes seja garantido o direito a estar informados, portanto, os materiais que forem elaborados devem cumprir com critérios de acessibilidade.

Isso contribuirá para que, dentro das comunidades, as pessoas cegas e com baixa visão se envolvam e se reconheçam como agentes de mudança que, assim como os demais membros da Comunidade, tem responsabilidades como todos para enfrentar de forma exitosa os problemas ambientais que afetam nosso planeta terra e, conseqüentemente, melhorar nossa qualidade de vida.

Portanto é fundamental que a informação sobre as mudanças climáticas e a justiça ambiental chegue a todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência visual, como as pessoas cegas ou com baixa visão, por várias razões:

1. Inclusão e Equidade:

A acessibilidade a informação é um direito humano. Assegurar que as pessoas cegas ou com baixa visão tenham acesso à informação sobre a mudança do clima e a justiça ambiental garante a inclusão e promove a equidade. Sem essas informações, essas pessoas ficam excluídas do diálogo e da tomada de decisão sobre temas que as afetam diretamente.

2. Participação em espaços de tomada de decisão:

A justiça ambiental implica em que todas as pessoas tenham a oportunidade de participar na tomada de decisões que afetam o seu entorno e bem-estar. As pessoas com deficiência visual devem poder se informar e expressar suas opiniões sobre políticas e ações relacionadas com as mudanças climáticas.

3. Consciência e adaptação:

As mudanças climáticas têm impactos significativos na vida cotidiana, e as pessoas com deficiência visual também necessitam estar informadas para poder adaptar-se

a essas mudanças. A informação acessível lhes permite tomar medidas preventivas e proteger-se de possíveis riscos ambientais.

4. Empoderamento:

Ter acesso a informação empodera as pessoas com deficiência visual, permitindo-lhe ser agentes ativos de mudança em suas comunidades. Podem contribuir para as iniciativas ambientais e participar de ações coletivas para mitigar as mudanças climáticas.

5. Educação e conscientização:

A difusão de informações acessíveis também contribui para a tomada de consciência e sensibilização, bem como para a educação da sociedade de modo geral. Ao incluir as pessoas com deficiência visual nessas comunicações, promove-se uma cultura de respeito e valorização da diversidade.

Em resumo, garantir que as informações sobre as mudanças climáticas e a justiça ambiental sejam acessíveis para as pessoas com deficiência visual é essencial para promover uma sociedade justa e inclusiva. Tudo isso assegura que todos tenham as mesmas oportunidades de se informar e atuar frente aos desafios ambientais globais ao comprometer todas as pessoas de uma comunidade em promover a proteção ambiental com um enfoque de direitos.

¿A quem podemos chegar se nossos documentos estiverem em diferentes formatos?

Nenhum formato é mais importante que outro.

Quando elaboramos um documento, pensamos em para quem ele se dirige, com quem queremos compartilhar nossos conhecimentos, pensamos em quais mudanças queremos promover, que todas as pessoas devem se informar, pensamos naquelas comunidades que estão sendo afetadas pelo aquecimento global, queremos promover ações que envolvam toda a comunidade.

Para elaborar documentos acessíveis que favoreçam o acesso à informação de pessoas cegas ou com baixa visão, incluindo diversos grupos etários e diferentes condições de desenvolvimento de habilidades, como o aprendizado do sistema braille ou o desenvolvimento de competências digitais, é importante levar em conta que nem todas as pessoas cegas sabem ler e escrever em braille, que as pessoas com baixa visão não tem a mesma acuidade visual e que nem todas as pessoas sabem utilizar as mesmas ferramentas para acessar conteúdos digitais.

1. O sistema Braille

O sistema Braille é um código em relevo que permite transcrever textos em um grande número de idiomas, pelo qual pessoas cegas de todo o mundo podem ter acesso à leitura. A riqueza do sistema Braille é sua simplicidade.

2. Fonte Ampliada

É uma impressão em caracteres ampliados, cujo tamanho dependerá da acuidade visual da pessoa com baixa visão. O tamanho mínimo é de 18.

3. Documentos digitais acessíveis

Quando pensamos em documentos acessíveis, pensamos equivocadamente que as pessoas com deficiência visual só acessam textos em áudio, porque muitas pessoas não compreendem como funciona os leitores de tela para as pessoas com deficiência visual.

Os documentos digitais acessíveis podem ser encontrados em diferentes formatos. Dentre os mais comuns podemos citar: Word, PDF e EPub (em alguns países encontramos o formato DAISY).

4. Documentos em áudio

Hoje em dia um grande número de pessoas com deficiência visual adquiriu a deficiência visual em idade avançada, e se considerarmos que são pessoas que não se acostumaram com o uso das tecnologias, um documento em áudio é uma alternativa para que possa acessar as informações com o uso de um reproduzidor de áudio.

5. Conteúdos audiovisuais

No século 21 os audiovisuais são cada vez mais empregados para compartilhar informações. A imagem e a cor ocupam um lugar relevante na elaboração de conteúdo, assim, os vídeos são materiais de uso cotidiano para informar, educar ou entreter. As pessoas recebem informações sobre variados temas e graus de importância através de vídeos curtos, que podem dizer mais que centenas de palavras. Poderíamos pensar que os vídeos são excludentes para as pessoas com deficiência visual, entretanto, alguns critérios de acessibilidade nos permitem fazer com que os vídeos que criamos não sejam excludentes para esse setor da população.

Conceitos chave

Deficiência

A deficiência é um conceito em evolução e [...] a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas [...] (Preâmbulo, alínea E, CDPD).

Deficiência visual

A deficiência visual resulta da interação das pessoas cegas e com baixa visão com as barreiras institucionais¹, atitudinais, do ambiente e da infraestrutura física, de transporte e digital, que impeça o exercício autônomo Independente de seus direitos ao conhecimento, a informação, as Comunicações, às TIC e à liberdade de expressão, bem como sua participação em todos os âmbitos da vida pública, econômica, política, social, e desportiva e de lazer em igualdade de condições em relação às demais pessoas e em conjunto com as demais pessoas. (Definição de deficiência visual por Dean Lermen).

¹ As barreiras institucionais incluem aquelas leis, políticas, estratégias ou práticas institucionalizadas que discriminam as pessoas com deficiência ou impedem sua participação na sociedade. Fonte: Wapling & Downie, [Beyond Charity: A Donor's Guide to Inclusion](#) (2012), pág. 21; DFID: Deficiência, Pobreza e Desenvolvimento (2000), pág. 8; OMS e Banco Mundial, «[Informe mundial sobre la discapacidad](#)» (2011), págs. 6 e 262 (versão inglesa); Bruijn et al. (2012), [Count Me In: Incluir pessoas com deficiência em projetos de desenvolvimento](#) (2012), pág. 23.

A deficiência visual está relacionada a um impedimento do sistema da visão que afeta a acuidade visual, campo visual, mobilidade ocular, visão das cores ou profundidade, afetando a capacidade de uma pessoa para enxergar.

Cegueira

É a perda total do sentido da visão, quando não se percebe a luz e nenhum outro objeto. Uma pessoa cega pode apresentar dificuldades para locomover-se, orientar-se, conhecer o que a rodeia e socializar com as demais pessoas. Podem melhorar seu desenvolvimento utilizando a bengala, a escrita braile, gravadores ou reprodutores digitais e tecnologias adaptadas, bem como os leitores de tela, tanto no computador como nos dispositivos móveis.

Baixa visão

Segundo a OMS uma pessoa com baixa visão é aquela que apresenta, no melhor olho, acuidade visual de 20/70 e campo visual entre 10° e 20° a partir do ponto de fixação.

A baixa visão é a diminuição da capacidade de enxergar pessoas e objetos com clareza, inclusive a uma distância muito curta. As pessoas com baixa visão podem distinguir luz, não distinguem formas e detalhes nas coisas (percebem vultos), enxergam os dedos das mãos e alguns movimentos próximos.

A baixa visão pode ser classificada como:

Baixa visão leve: É aquela pessoa que se encontra dentro dos limites da baixa visão a curta distância ou da baixa visão corretiva; é a baixa visão que faz com que uma pessoa possa ver menos de 50% e que lhe permite realizar diferentes atividades como reconhecer rostos, identificar notas de dinheiro, ler ou escrever com algum auxílio, entre outras atividades.

Baixa visão moderada: É aquela pessoa que ainda tem um grau de baixa visão e que pode conseguir escrever e ler com maior dificuldade, tem dificuldade de reconhecer rostos e para locomover-se.

Baixa visão severa: A baixa visão severa encontra-se no limite com a cegueira. É aquela pessoa que tem uma baixa visão funcional, pode ter algumas destrezas para locomover-se mas já não consegue ler, escrever ou realizar várias atividades somente com o apoio de seu remanescente visual. Entretanto, com reabilitação e tecnologia assistiva adequadas, poderá desenvolver diferentes tarefas.

Acessibilidade

A acessibilidade é condição prévia para que as pessoas com deficiência possam viver de forma independente e participar plenamente na sociedade em igualdade de condições. Sem acesso ao ambiente físico, ao transporte, a informação e a comunicação, incluindo os sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso coletivo, as pessoas com deficiência não poderiam participar em igualdade de oportunidades com as pessoas sem deficiência na sociedade.

Desenho Universal

“Desenho universal” significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O “desenho universal” não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias.

Comunicação

“Comunicação” abrange as línguas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis. (Art. 2 da CDPD).

Discriminação por motivo de deficiência

Significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute

ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável.

Participação efetiva

A participação das pessoas com deficiência visual, incluindo as crianças com deficiência visual, através das organizações de pessoas com deficiência (OPD) ou de forma individual, sem exclusão alguma é um direito reconhecido na CDPD. Portanto, deve-se garantir as condições para que sua participação seja eficaz e plena, sem discriminação e em igualdade de condições com as demais pessoas. Deve-se garantir seu direito a ter acesso a todas as informações nos formatos que julgarem mais adequados. A participação genuína e efetiva das pessoas com deficiência através das organizações que as representam é, pois, um dos pilares da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (observação geral número sete, comitê CDPD).

Documentos impressos acessíveis para pessoas cegas ou com baixa visão

Quando falamos de documentos impressos para pessoas cegas ou com baixa visão imediatamente pensamos nos textos em Braille ou em fonte ampliada.

Sistema braille

É um código em relevo que consiste em seis pontos organizados em duas colunas de três pontos cada que por sua presença ou ausência permitem realizar 63 combinações ou 64 se considerarmos o espaço vazio. É o sistema que permite que uma pessoa cega Leia, escreva e sobretudo Leia o que escreveu.

Deve-se levar em conta que o braille é linear, por isso as informações em tabelas ou gráficos deverão ser descritas ou apresentadas de forma mais clara para sua compreensão pelo tato.

Apesar de o braille ocupar mais espaço, deve-se entregar toda a informação tal qual se daria em outros formatos.

A gramatura do papel utilizado é importante para que o texto em braille não se apague com a manipulação, portanto recomenda-se que seja um papel de 120 a 80 gramas.

É importante que as impressões no sistema braille sejam revisadas por uma pessoa com deficiência visual especialista no sistema Braille. A qualidade da impressão é fundamental para que as pessoas que acessarem o conteúdo possam encontrar um texto de qualidade.

O braille é um sistema de leitura e escrita, não é um idioma, como algumas pessoas costumam confundir, e foi adaptado para um número grande de idiomas.

Impressão em fonte ampliada

É uma impressão em caracteres grandes. O tamanho mínimo da fonte é 18 e é recomendável identificar qual o tamanho de fonte mais adequado para a pessoa que vai receber o documento. Visto que a acuidade visual pode variar de uma pessoa com baixa visão para outra, é muito importante consultar a pessoa com baixa visão, quando possível, sobre qual é o tamanho de fonte que se adequa às suas necessidades.

As fontes recomendadas são aquelas sem adornos (Sans Serif). Nesta família de fontes encontram-se, por exemplo, a fonte Calibri, Arial, Verdana, Helvética, entre outras.

Assegurar o contraste entre o fundo e o texto ajuda a melhorar a visibilidade do documento. Pode ser, por exemplo, fundo branco e letras pretas. Deve-se separar adequadamente os caracteres e as linhas para facilitar o reconhecimento do texto por uma pessoa com baixa visão. É recomendável espaçamento de 1,5.

Documentos digitais acessíveis para pessoas cegas ou com baixa visão em diferentes formatos

Existem duas tecnologias assistiva que representam a autonomia para as pessoas cegas e com baixa visão, são elas os leitores e ampliadores de tela. Graças a Essas tecnologias as pessoas com deficiência visual podem interagir com o computador e dispositivos móveis. Assim todo documento elaborado deve cumprir com critérios de acessibilidade para que as pessoas cegas ou com baixa visão acessem a totalidade do conteúdo do documento apresentado, proporcionando-lhes igualdade de condições perante as demais pessoas.

Documentos do Word

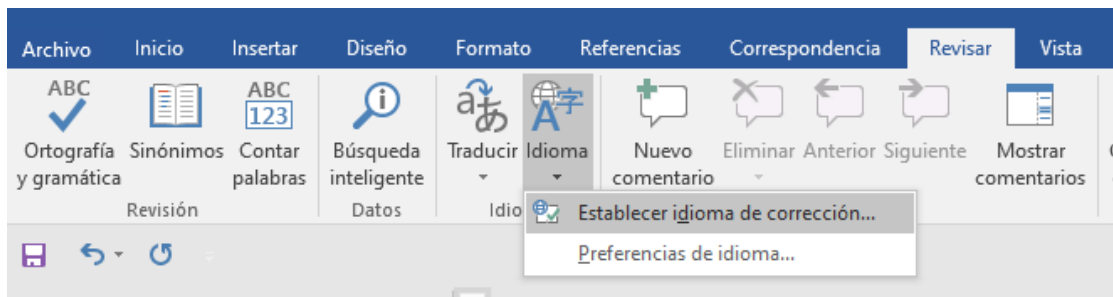
A grande maioria dos recursos de aprendizado ou informativos publicados em ambiente virtual são modelados em formato de texto. O Microsoft Word tornou-se um dos aplicativos mais conhecidos e utilizados para a criação de documentos escritos.

Ao elaborar um documento no Word deve-se observar alguns critérios fundamentais, tais como o idioma do documento, bem como que o documento seja estruturado utilizando-se as ferramentas do Word como os níveis de cabeçalho, listas numeradas ou com marcadores, tipo e tamanho da fonte, espaçamento e texto alternativo para os elementos não textuais.

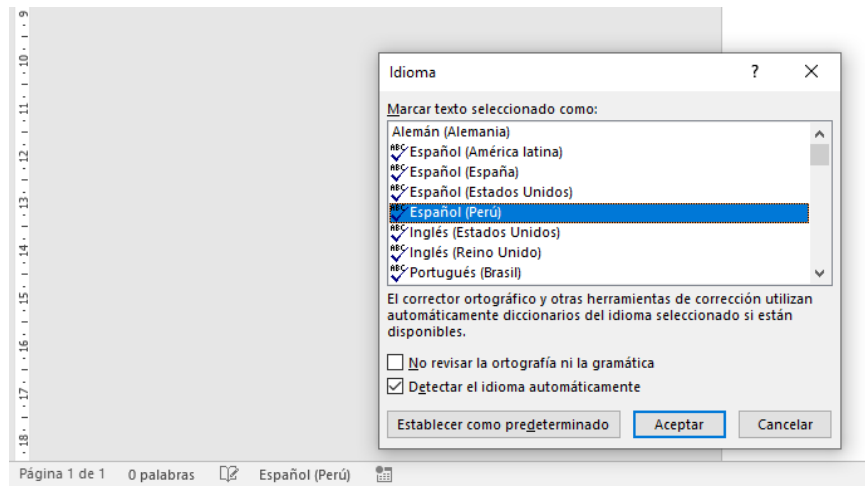
1. Como verificar ou mudar o idioma de um documento para que seja o mesmo idioma do conteúdo do documento

Às vezes as pessoas que elaboram documentos não dão atenção ao idioma para o qual o editor de textos Word está configurado por padrão. Entretanto os usuários com deficiência visual utilizam leitores de tela que leem os conteúdos em voz alta. Como esse software são capazes de reconhecer o idioma, é importante verificar que o idioma do sistema seja o mesmo do conteúdo.

Na aba "Revisão" da barra de menus do Word encontra-se a opção "escolher idioma de correção de texto".



Na “barra de status” também se encontra a opção idioma.



Por qualquer um desses caminhos pode-se estabelecer ou mudar o idioma do documento.

2. Títulos e a estrutura de um documento

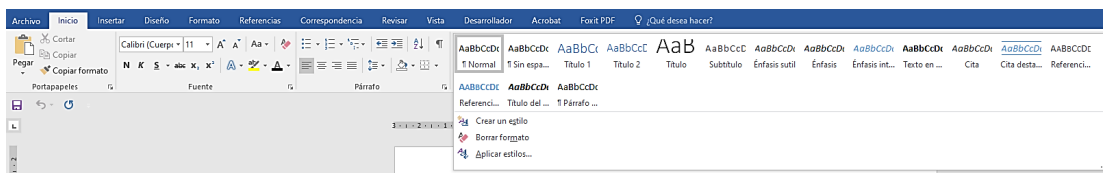
Antes de começar a redigir um documento é necessário definir a estrutura, a qual deve ter uma ordem lógica e consistente. É importante definir os grupos principais de conteúdos e os títulos nos níveis 1, 2 ou 3, que equivalem ao título principal e aos subtítulos. Para melhor organizar e orientar-se sobre como estruturar o documento, utilize o seguinte esquema:

Exemplo de esquema que contém como elementos níveis de cabeçalho:

- Um título principal (título nível 1)
 - Subtítulos (título nível 2)
 - Componentes (título nível 3)
 - Subtítulos (título nível 2)
 - Componentes (título nível 3)

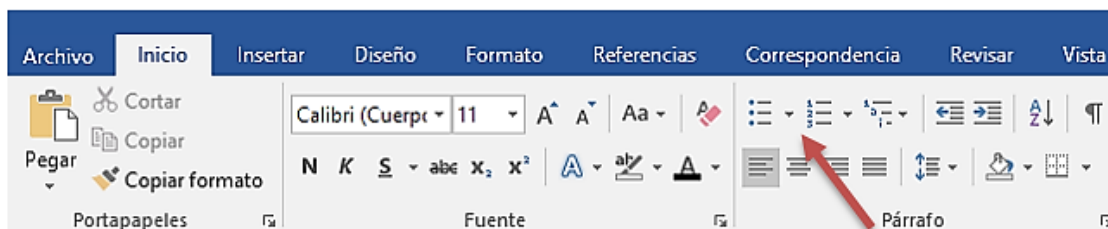
Como criar títulos principais e subtítulos:

Acesse a aba “Início” do menu, seção “Estilos”, para escolher o formato desejado para o texto do documento, escolhendo o nível de título correspondente.



3. Listas numeradas ou com marcadores

Devem ser criadas utilizando-se as ferramentas do Word, não devendo ser feitas manualmente. Na barra de menus, vá até a aba “início”, botão de divisão “numeração” ou “marcadores” e escolha um deles conforme a necessidade.



4. Fontes acessíveis para pessoas com baixa visão

A tipologia utilizada nos textos pode facilitar ou dificultar a completa compreensão da informação. Atualmente encontram-se tipologias de diferentes desenhos, mais ou menos adornadas. Entretanto, muitas vezes ao escolher um tipo não paramos para pensar naquelas pessoas que por algum impedimento visual poderiam ter dificuldades para acessar o conteúdo que compartilhamos.

Encontramos duas famílias de tipologias: aquelas dos tipos serife (com serifa) que podem ser muito chamativos para seus detalhes, mas que podem ser uma barreira para as pessoas com baixa visão acessarem a informação. Por isso as fontes recomendadas são aquelas pertencentes à família sem serifa (sans serif), cuja riqueza para favorecer o acesso à informação é a sua simplicidade.

5. Tamanho da fonte

Recomenda-se que o tamanho mínimo da fonte seja de 10, entretanto, uma fonte 12 é a ideal. Para documentos compartilhados em formato digital não é necessário pensar na fonte ampliada, visto que uma pessoa com baixa visão pode usar algum ampliador disponível nos dispositivos ou o software de leitura.

6. Alinhamento de textos:

Na elaboração de documentos o alinhamento do texto à esquerda é a configuração padrão, embora se possa utilizar o alinhamento Centralizado, à direita ou justificado.

Muitas pessoas preferem visualizar um texto justificado porque o documento é mais agradável e formal, mas por vezes as pessoas com baixa visão encontram dificuldades para seguir uma leitura num texto cuja separação entre palavras nem sempre é a mesma.

Nos textos justificados podem ser produzidos espaços muito amplos ou Proximidade exagerada entre algumas palavras. Ambas as situações podem dificultar a continuidade da Leitura para uma pessoa com baixa visão.

Muchas personas prefieren visualizar un texto justificado porque el documento es más agradable y formal, pero muchas veces las personas con baja visión encuentran dificultades para seguir una lectura en un texto cuya separación entre palabras no siempre es la misma.

En los textos justificados se pueden producir espacios muy amplios o acercamientos exagerados entre algunas palabras, estas dos situaciones pueden dificultar la continuación de la lectura a una persona con baja visión.

7. Espaçamento entre linhas e separação de parágrafos

O espaço entre linhas é de, no mínimo, um espaço e meio dentro dos parágrafos e o espaço entre parágrafos é, no mínimo, 1,5 vezes maior que o espaço entre linhas.

El 26 de noviembre de 1986, el Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay reconoce a ULAC como Organización no Gubernamental sin fines de lucro con personería jurídica N°383/986, de acuerdo a lo dispuesto en el Decreto 334/70 del 14/07/1970.

Su ámbito de acción es la Región Latinoamericana, y su domicilio institucional está ubicado en la Ciudad de Montevideo Uruguay, donde tiene asiento su Oficina Técnica.]

8. Margens de texto

O critério de conformidade 1.4.8 das WCAG estabelece que usuários com determinadas dificuldades de visão ou de leitura podem apresentar problemas para localizar-se e seguir o fluxo de linhas de texto muito extensas, o que se torna uma barreira importante. Blocos curtos de texto facilitam ir para a linha seguinte dentro do bloco, por isso é recomendável que as linhas de texto não excedam 80 caracteres.

9. Cor da fonte e do fundo na criação de documentos

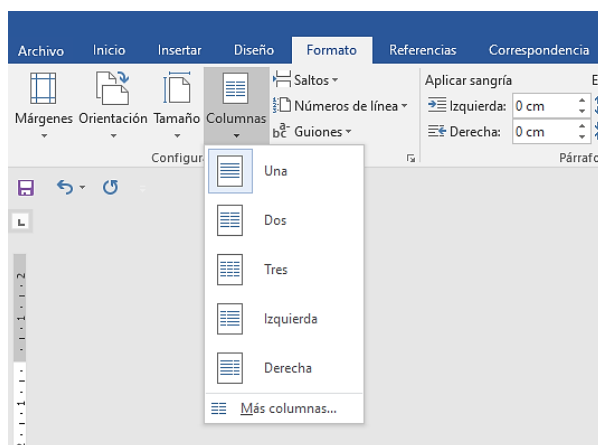
Ao redigir um documento devemos levar em conta que entre os usuários que acessam a informação existe uma porcentagem que possui certo grau de cegueira para cores. Em muitos casos isso pode significar não distinguir as cores ou uma cor específica, ou visualizar somente as cores branca e preta.

A pessoa com baixa visão por vezes tem dificuldades para identificar algumas cores, portanto o contraste de cor entre o texto e o fundo deve ser adequado, ou deve-se identificar quais contrastes favorecem cada pessoa. Quando não estamos seguros sobre as dificuldades visuais dos leitores que acessam a informação e buscando sempre proporcionar um design acessível para todos, deve-se ter cuidado com o uso semântico da cor e do contraste das cores.

Não é recomendável utilizar imagens nos fundos, como logotipos institucionais ou marcas d'água. Além disso não adianta utilizar cores para diferenciar dados, porque uma pessoa cega não irá perceber.

10. Inserção de textos em colunas

Se for necessário apresentar um texto em colunas é importante que isso não seja feito de forma manual usando o tab. O Word conta com uma ferramenta que permite criar colunas. Vale lembrar que existem usuários de leitores de tela e que esses softwares leem de forma linear, assim, leriam linha por linha ao invés de seguir a coluna. Além disso é importante que entre cada coluna haja um espaço amplo de separação entre colunas.



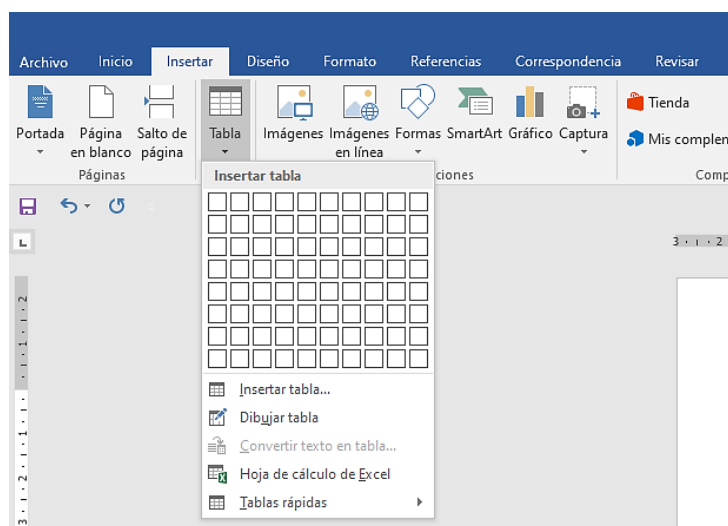
11. Criação de tabelas no Word

No caso de inclusão de tabelas dentro de um documento para fins de análise é importante que as informações ali contidas sejam lidas de maneira coerente, linha por linha.

Para os usuários sem deficiência visual o conteúdo de uma tabela pode ser analisado sem dificuldades já que o olho localiza a referência de cada dado e associa a informação contida nas células com os cabeçalhos. Diferentemente do usuário com deficiência visual, que perde a informação que a tabela proporciona, devendo valer-se do auxílio de um dispositivo para obter a leitura das linhas, a qual pode ou não ser relevante, dependendo do desenho e disposição das informações contidas em uma tabela.

É importante utilizar as ferramentas do word para a criação e configuração de uma tabela:

- Não criar tabelas excessivamente grandes e mantê-las em uma só página. As tabelas divididas em várias páginas costumam causar problemas de acessibilidade.
- Elaborar tabelas simples, evitando combinar células e tabelas complexas. No caso de tabelas grandes e que passem de uma página deve se repetir os cabeçalhos da tabela em cada nova página e não dividir as linhas ao mudar de página.
- Se a tabela for muito complexa é importante inserir texto alternativo com uma descrição, da forma que uma pessoa sem deficiência visual leria.



12. Texto alternativo em imagens, gráficos ou esquemas

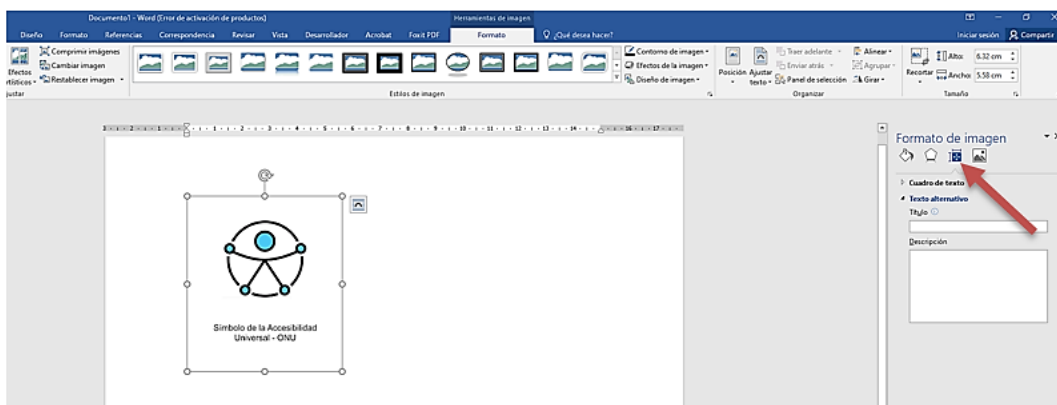
Quando inserimos uma imagem ou gráfico devemos garantir que uma pessoa com deficiência visual acesse as informações com os leitores de tela.

Todo elemento não textual deve incluir texto alternativo. A informação colocada no texto alternativo será somente a necessária, de acordo com o contexto do conteúdo, podendo ser uma frase curta que descreva o que se visualiza ou ter o tamanho estritamente necessário para se compreender, em igualdade de condições, o que se apresenta. O Word permite inserir texto alternativo para todos os elementos não textuais, daí a importância do uso dessa ferramenta.

Como inserir texto alternativo nos documentos criados no Word:

Quando se seleciona uma imagem, na barra de menus aparecerá uma aba adicional denominada “formato de imagem”. Nesta aba está localizada a opção “texto alternativo”. Ao clicar nessa opção abre-se um campo de edição onde ficará inserida a informação que descreve a imagem para que a pessoa com deficiência visual receba a informação com a descrição da imagem (Este texto não será visível para quem não utiliza leitores de tela).

Assim como no caso das imagens, os gráficos e esquemas devem ser acessíveis para todos os usuários em geral independentemente de sua deficiência. Para isso é necessário considerar o uso de cores, textos alternativos e títulos, que facilitem o acesso à informação que se deseja transmitir.



O Word conta com opções para validar a acessibilidade, localizada na barra de menu, aba "revisão". Esta ferramenta permite que nos habituemos a cumprir com os critérios de acessibilidade.

Documentos PDF

O formato PDF (formato de documento portátil) é compatível com a acessibilidade, isto é, cumprindo-se com os critérios de acessibilidade, é compatível com a tecnologia assistiva como leitores de tela e linhas braille.

A maioria das técnicas de acessibilidade para documentos PDF não produz mudanças visuais, entretanto, além de favorecer o acesso aos conteúdos com o uso de leitores de tela, trazem benefícios adicionais, como a melhoria da indexação e o posicionamento do documento nos buscadores.

Os produtores de arquivos PDF devem assegurar-se de que toda a informação em um documento seja acessível.

Pontos a considerar para que um documento PDF seja acessível:

1. Assegurar-se de que o PDF está rotulado corretamente. Isso ajuda os leitores de tela a interpretar a estrutura do documento.
2. Adicionar texto alternativo as imagens, para que as pessoas com deficiência visual saibam o que elas contêm.
3. Garantir um contraste bem definido de cores entre o fundo e as formas.
4. Garantir a ordem correta da leitura e da tabulação de forma que, se o acesso ocorrer de maneira linear com um leitor de tela, o conteúdo possa ser lido em ordem.
5. Ocultar imagens meramente ilustrativas para não dificultar a compreensão dos conteúdos.
6. Utilizar o elemento TABLE para formatar dados tabulados, de maneira que o leitor de tela consiga lê-los de forma organizada.
7. Definir abreviaturas para que o leitor de tela consiga lê-las por extenso.
8. Incluir títulos para que se possa folhear o documento de forma rápida, pois as pessoas usuárias de leitores de tela poderão navegar pelos cabeçalhos.
9. Incorporar os links com um texto descritivo para que a pessoa decida se quer clicar ou não, antes de abrir o link.
10. Configurar o idioma do documento para que o leitor de tela saiba como pronunciar um texto e especificar o idioma de um parágrafo ou frase quando o mesmo for diferente do idioma do documento.
11. É muito útil colocar um título no documento para se entender o conteúdo do arquivo.

Implementar essas técnicas significa trabalhar tanto no documento de origem como no próprio documento PDF, pois um documento de origem acessível auxilia para que, ao salvá-lo ou exportar, o documento PDF seja acessível. Ainda assim recomenda-se verificar o cumprimento da acessibilidade.

Muitas vezes a ordem de leitura visual do documento não coincide com a ordem de leitura feita pela tecnologia assistiva. Se o conteúdo for lido em outra ordem o significado pode mudar ou sua compreensão pode se tornar mais difícil. Para revisar a ordem de leitura de um documento podemos escutá-lo com um leitor de tela. Também pode se consultar a ordem de leitura de um documento no Acrobat pelo painel ordem ou com a ferramenta inferir ordem de leitura, onde cada conteúdo da página será mostrado com o número. Esse número indica a ordem de leitura de cada elemento. A ordem de leitura incorreta costuma ser consequência da forma como o documento foi formatado. Uma boa prática é não utilizar caixas de texto flutuantes ao formatar por várias colunas, não emulá-las com tab, caixas de texto flutuantes ou tabelas sem bordas. Recomenda-se utilizar a ferramenta de colunas.

Recomenda-se inserir as imagens a medida que se redija o texto, em linha com o conteúdo.

Etiquetamento semântico: Cada conteúdo deve ter um rótulo interno que identifique de que tipo de elemento se trata (cabeçalho, parágrafo, lista, tabela, imagem etc.), isto é, que anuncie o tipo de elemento, permitindo que a pessoa usuária de leitor de tela possa navegar pelo documento com diferentes atalhos de teclado.

É importante definir os títulos através de estilos de título nunca simulá-los mudando o tamanho ou a cor do texto. Marcar os títulos de forma coerente, respeitando os níveis de título.

Não incluir caracteres de retorno (como o de retorno de carro) para separar parágrafos ou passar para quebra de página, pois são exportados como parágrafos

vazios, o que confunde o usuário de leitor de tela. A separação dos conteúdos deve ser definida através das margens, colocação de espaços ou espaçamento entre linhas. Também as quebras de página devem ser incluídas através da ferramenta de quebra de página, se forem incluídas notas, índice de conteúdo, referências bibliográficas ou outros elementos, devem ser incorporados sempre com a ferramenta correspondente.

A paginação do documento deve ser consistente, isto é, o número da página que aparece no cabeçalho ou o rodapé deve coincidir com o número real da página, para que a navegação pela barra de paginação do Adobe seja precisa, compreensível e consistente com a paginação visual e o índice do documento. Se ambas as paginações não coincidirem é possível mudar os números de página a partir do programa de origem ou modificar a paginação no Acrobat a partir do painel "miniatura de páginas", para isso selecione a página ou a série de páginas e depois a opção "numerar páginas".

Na web existem diferentes validadores de acessibilidade e usabilidade para documentos PDF, entretanto, é importante validar a acessibilidade do documento com o uso de leitores de tela.

Nota:

Um documento PDF escaneado como imagem nunca será um documento acessível. O conteúdo não pode ser lido com a tecnologia assistiva, como leitores de tela e linhas braile, e ao aplicar zoom o texto aparece pixelado.

Documentos HTML

Criar documentos HTML acessíveis para leitores de tela e ampliadores é essencial para garantir que todas as pessoas, independentemente de sua condição de deficiência visual ou habilidades, possam acessar e utilizar a informação de forma simples e oportuna.

1. Deve-se usar as tags HTML semânticas para estruturar o conteúdo de forma lógica.

2. Utilizar tags de cabeçalho <h1 a <h6> de forma hierárquica para definir a estrutura do documento.
3. Usar os papéis e atributos aria (accessible Rich Internet application) para melhorar a acessibilidade, onde as tags semânticas não forem suficientes.
4. O texto alternativo para as imagens é importante para que uma pessoa com deficiência visual não perca informações, proporcionando descrições concisas e descritivas no “atributo Alt” das imagens.
5. Assegurar-se de que os links tenham um texto descritivo que indique claramente sua finalidade ou destino.
6. Proporcionar links de "pular para o conteúdo no início das páginas, para permitir aos usuários de leitor de tela evitar a navegação repetitiva.
7. Assegurar-se de que o contraste entre o texto e o fundo seja suficiente. A relação de contraste recomendada é de no mínimo 4.5:1 para texto normal e 3:1 para texto grande.
8. Utilizar um tamanho de fonte mínimo de 16 pixels para o texto principal.
9. Deve-se preferir Fontes sans Serif aparentes como Arial, Verdana ou helvética) que são mais legíveis em tela.
10. Garantir espaçamento adequado entre letras, palavras e linhas. Usar pelo menos 1,5 de espaçamento entre linhas e espaço suficiente entre parágrafos
11. Todos os elementos interativos (links, botões, formulários) devem ser acessíveis e utilizáveis com o teclado.

Usar ferramentas automáticas de validação de acessibilidade como o [WAVE Accessibility Tool] (<https://wave.webaim.org>).

A avaliação automática não retira a importância de validar manualmente utilizando-se leitores de tela e ampliadores tanto no computador como no celular para garantir que a experiência do usuário seja otimizada.

Ao implementar esses critérios de acessibilidade a acessibilidade dos documentos HTML irá melhorar significativamente, beneficiando usuários com deficiência visual e proporcionando uma melhor experiência de usuário para todos.

Documentos EPub

EPub (Electronic Publication) é um formato de código aberto para a criação e Distribuição de livros eletrônicos (e-books) que se adapta aos diferentes tamanhos de tela dos E-Reader do mercado.

As normas a seguir para que um EPub seja acessível não deixam de ser similares às que aplicaríamos ao Word, PDF ou HTML, e estão definidas pela WCAG (Web Content Accessibility Guidelines):

1. Criar uma tabela de conteúdos, levando em conta que existem dois tipos de tabela de conteúdo: a que contém o índice do documento e a que se utiliza como mapa de navegação nos EReader.
2. Deve-se assegurar um contraste adequado entre o fundo e os textos.
3. Adicionar texto alternativo aos elementos não textuais.
4. O conteúdo textual deve ser texto, não imagens.
5. Estruturar corretamente o documento para que não esteja adequado somente pelo aspecto visual, isto é, é preciso que os títulos estejam marcados como cabeçalhos e que as tabelas, listas ou colunas estejam corretamente inseridas.
6. Utilizar um sistema de cabeçalhos coerente.
7. Utilizar uma galeria de estilos uniforme.
8. Assegurar-se de que o texto seja legível e que se possa modificar sua configuração (aumentar ou diminuir o tamanho).
9. Assegurar a ordem de leitura correta.
10. Incluir metadados.

Quanto mais acessível for o arquivo de origem, menos modificações serão necessárias no EPub.

Uma vez criado, pode-se editar com alguma das Ferramentas de edição. Com elas pode-se modificar o ePub se este apresentar problemas, como adicionar texto alternativo as imagens, criar ou modificar a tabela de conteúdo ou as metainformações etc.

Além disso é necessário validar o EPub com os validadores, visualizá-lo com diferentes EReader e tamanhos de letra e com um leitor de tela.

Audiovisuais acessíveis

Documentos de áudio

Os documentos em áudio são uma alternativa para acessar a informação, mas é importante que cumpram alguns critérios como a qualidade de som:

1. Não deve haver ruídos de fundo.
2. O locutor ou locutora deve ter boa dicção.
3. Deve-se segmentar o conteúdo para melhor navegação, quando se divide o documento de áudio em faixas de 15 a 20 minutos, no máximo, isso ajuda o usuário a não ter que voltar a escutar uma parte do conteúdo que já escutou antes.
4. Se for preciso use várias vozes para que o ouvinte reconheça os diferentes temas.
5. Se o documento original tiver imagens ou gráficos, deve-se elaborar um texto alternativo que os descreva, para ser lido no momento correspondente a esse conteúdo.
6. É importante que sejam feitos testes de escuta para detectar erros ou melhorias a serem realizados.
7. O feedback (avaliação dos conteúdos em áudio) com pessoas com deficiência visual é muito importante para que, com suas experiências, possam ser realizados os ajustes necessários para que o documento seja compreensível.

Uso de vozes sintetizadas

Caso seja necessário utilizar vozes sintetizadas é importante escolher uma voz adequada:

1. Que tenha boa qualidade e naturalidade.
2. Escolher uma voz que se adapte ao idioma e sotaque do público ao qual se destina o documento elaborado.

3. O tom e a velocidade devem ser ajustados de forma a ser bem compreendida inclusive por aquelas pessoas que não estão habituadas a escutar vozes sintetizadas.
4. Deve-se revisar e ajustar a pronúncia de nomes próprios, tecnicismos e abreviaturas.
5. Se houver necessidade, deve-se inserir pausas para melhorar a compreensão do conteúdo.
6. As vozes sintetizadas costumam ser monótonas, por isso se sugere ajustar a entonação e agregar elementos que ressaltem palavras ou frases chave.

Vídeos acessíveis

Audiodescrição:

Áudiodescrição é uma técnica que assegura a acessibilidade do conteúdo áudio visual para a pessoas cegas ou com baixa visão. Consiste em uma narração verbal que descreve elementos visuais chave do conteúdo, tais como características dos personagens, ações, gestos, expressões e cenários. Essa narração se integra durante momentos de silêncio ou pausas naturais do diálogo, proporcionando as pessoas com deficiência visual a informação necessária para compreender o conteúdo de maneira autônoma e completa.

A audiodescrição é composta por dois elementos chave: roteiro descritivo e narração verbal. No roteiro descritivo são identificados os elementos visuais relevantes e se determina como descrevê-los de maneira efetiva. Este roteiro deve ser revisado e validado por pessoas cegas, para garantir que cumpra com seus objetivos de acessibilidade. Uma vez validado, o roteiro é narrado e gravado por profissionais da voz que devem fazê-lo com sotaque neutro e expressividade controlada das emoções, para não interferir na interpretação pessoal do ouvinte.

Parâmetros para uma audiodescrição adequada

Para realizar uma audiodescrição otimizada deve-se levar em conta o seguinte:

1. Escrever o roteiro de maneira simples, clara e concisa para facilitar a compreensão.
2. Utilizar linguagem descritiva, precisa e adequada.

3. Evitar termos técnicos, a menos que sejam absolutamente necessários.
4. Evitar o uso de pronomes como ele, ela, eles, quando puderem gerar confusão ou ambiguidade.
5. Evitar termos ofensivos ou discriminatórios, entretanto, é importante não censurar o que se vê, descrevendo fielmente o conteúdo visual.
6. Assegurar-se de que o estilo, tom e ritmo da audiodescrição se harmonizem com os do conteúdo descrito.
7. Evitar a tentação de preencher cada pausa ou silêncio.
8. Sincronizar a narração com a ação na tela (ou antecipar-se ligeiramente) para assegurar que os ouvintes recebam a informação visual ao mesmo tempo que o restante dos espectadores.
9. Descrever em tempo presente.
10. Evitar interpretações ou opiniões pessoais.
11. Ampliar o vocabulário utilizado, prestando especial atenção a diversidade de verbos.
12. Priorizar a descrição dos elementos visuais mais relevantes, especialmente em situações onde o tempo é limitado.
13. Usar termos consistentes ao longo da audiodescrição para evitar confusão.
14. Evitar redundâncias. Não repetir informações que já foram comunicadas através dos diálogos, a menos que seja absolutamente necessário.
15. Adaptar a velocidade da narração ao conteúdo descrito, garantindo que o ritmo seja apropriado para a cena.
16. Incluir a descrição de emoções ou tons emocionais quando sejam relevantes para a compreensão do conteúdo.
17. Identificar claramente os personagens, especialmente em cenas com múltiplos personagens, para evitar confusão.
18. Ajustar a audiodescrição para que esteja apropriada para o público alvo, como público infantil, utilizando linguagem mais simples e direta.
19. Incluir breves explicações contextuais quando o conteúdo visual incluir referências culturais, históricas ou simbólicas cruciais para a compreensão.

Acessibilidade nas redes sociais

Na era digital atual, as redes sociais tornaram-se um pilar fundamental para a comunicação e a difusão de informação. Abarcam uma ampla gama de temas desde notícias e entretenimento até assuntos cruciais como as mudanças climáticas e a justiça ambiental. Entretanto, para que essas plataformas possam cumprir seu propósito de maneira inclusiva, é essencial que sejam acessíveis para todas as pessoas, incluindo as com deficiência visual.

Ao garantir que as publicações em redes sociais sejam acessíveis, promove-se a inclusão, a equidade e o direito à informação para todos, tal como estabelece a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (CDPD). A acessibilidade em redes sociais é mais que uma obrigação legal, é uma questão de direitos humanos e justiça social. Tornar as publicações acessíveis elimina barreiras e permite que todas as pessoas, independentemente de suas capacidades visuais, tenham as mesmas oportunidades de se informar, participar e contribuir para o debate sobre as mudanças climáticas e a justiça ambiental.

Facebook

Uso de texto alternativo em imagens

Passo a passo:

1. Publicar uma imagem:
 - Clicar em "criar publicação" na página inicial ou perfil.
 - Selecionar "foto/vídeo" e escolher a imagem que se deseja publicar.
2. Adicionar texto alternativo:
 - Depois de selecionar a imagem, clicar nela.
 - No canto superior direito, selecionar "opções de edição".
 - Clicar em Abrir "texto alternativo" no menu.
 - Escrever uma descrição clara e concisa da imagem, no campo de texto alternativo.
 - Clicar em "salvar" e depois em "publicar".

Recomendações:

- Descrever o conteúdo e o contexto da imagem.
- Evitar termos vagos como "imagem" ou "foto".

Criação de vídeos com legendas e audiodescrição

Passo a passo:

1. Subir um vídeo:
Clicar em "foto/vídeo" e selecionar o vídeo que se deseja subir.
2. Adicionar legendas:
 - Depois de carregar o vídeo, selecionar "editar vídeo".
 - Ir para a sessão *aspa* legenda *aspa*.
 - Subir um arquivo SRT com as legendas ou usar a ferramenta de legendas automáticas e editar manualmente para garantir a precisão.
3. Adicionar audiodescrição:
É importante mencionar que o Facebook não oferece a opção de incluir audiodescrição diretamente na plataforma. Portanto, qualquer áudio descrição deve ser adicionada durante o processo de edição do vídeo, antes de publicá-lo no Facebook. Isso implica criar uma versão do vídeo que integra uma faixa de áudio adicional, onde sejam descritos os elementos visuais importantes não mencionados no áudio principal.

Recomendações:

- Assegurar-se de que as legendas estejam sincronizadas com o áudio.
- Incluir descrições detalhadas dos elementos visuais importantes.

Melhoria da acessibilidade nos stories

Nas histórias do Facebook não se pode adicionar texto alternativo. Contudo, para melhorar a acessibilidade, siga estas recomendações:

1. Adicionar texto descritivo:
Usar a ferramenta de texto para adicionar descrições Claras e visíveis sobre a imagem ou vídeo nas histórias.
2. Legendas e audiodescrição:
Caso se trate de um vídeo, pode-se adicionar texto que descreva o que acontece visualmente ou o que é dito no vídeo. Para audiodescrição pode-se usar a opção de "caixa de perguntas" ou "questionários" para proporcionar mais contexto aos usuários.

Essas mesmas indicações e recomendações se aplicam aos Stories do Instagram, garantindo assim uma experiência acessível em ambas as plataformas.

Recomendações:

- Assegurar-se de que o texto adicionado seja legível e tenha cor contrastante com o fundo.
- Manter as descrições Claras e concisas para facilitar a compreensão.

Medidas para acessibilidade em publicações

Passo a passo:

1. Configuração geral:

- Ir para as configurações da página.
- Selecionar "Geral" e depois "Acessibilidade".
- Ativar as opções de acessibilidade recomendadas.

2. Publicações:

- Usar linguagem clara e simples nas publicações.
- Usar hashtags com maiúsculas em cada palavra (#AcessibilidadeDigital).

Recomendações:

- Revisar regularmente as configurações de acessibilidade.
- Manter as publicações Claras e acessíveis.

Instagram

Uso de texto alternativo em imagens e reels

Passo a passo:

1. Publicar uma imagem ou Reel.

- Tocar no ícone de "mais" e selecionar "Publicar" ou "Reel".
- Escolher a imagem ou vídeo que deseja publicar.

2. Adicionar texto alternativo:

- Antes de publicar, tocar em "configurações avançadas" na parte inferior da tela.
- Selecionar "escrever texto alternativo".
- Escrever uma descrição Clara e concisa da imagem ou vídeo.
- Tocar em "Concluído" e depois em "Compartilhar".

Recomendações

- Descrever o conteúdo e o contexto da imagem ou vídeo.
- Manter as descrições Breves, mas informativas.

Melhoria da acessibilidade nos stories

Nos stories do Instagram não é possível adicionar texto alternativo. Contudo, para melhorar a acessibilidade, siga estas recomendações:

- Adicionar texto descritivo:
Usar a ferramenta de texto para adicionar descrições Claras e visíveis sobre a imagem ou vídeo no stories.
- Legendas e audiodescrição:
Caso se trate de um vídeo, pode se adicionar texto que descreva o que acontece visualmente ou o que é dito no vídeo. Para audiodescrição pode-se utilizar a opção de "caixas de perguntas" e "questionários" para proporcionar mais contexto aos usuários.

Recomendações:

- Assegurar-se de que o texto adicionado seja legível e tenha uma cor contrastante com o fundo.
- Manter as descrições Claras e concisas para facilitar a compreensão.

Inclusão de legendas e áudio descrição em vídeos

O Instagram não permite adicionar legendas diretamente na plataforma.

Recomenda-se usar ferramentas como YouTube Studio ou Amara para adicionar legendas antes de publicar o vídeo no Instagram.

Adicionar audiodescrição

De maneira similar, o Instagram não permite adicionar áudio descrição diretamente na plataforma. Se o vídeo contiver elementos visuais importantes que não se possa compreender somente pelo próprio áudio, deve-se criar uma versão do vídeo com uma faixa de áudio adicional que descreva Tais elementos antes de postá-lo.

Recomendações:

- Assegurar-se de que as legendas sejam claras e fáceis de ler.

- Usar cores contrastantes para as legendas, a fim de melhorar a legibilidade.
- Incluir descrições detalhadas dos elementos visuais importantes.

Twitter (atualmente denominado X)

Uso de descrições em imagens

Passo a passo:

1. Publicar uma imagem:
 - Clicar no ícone de publicar.
 - Selecionar o ícone de imagem e escolher a imagem que deseja publicar.
2. Adicionar descrição:
 - Depois de selecionar a imagem, clicar em "adicionar descrição", abaixo da imagem.
 - Escrever uma descrição Clara e concisa da imagem.
 - Clicar em publicar.

Recomendações:

- Descrever o conteúdo e o contexto da imagem.
- Evitar termos vagos e ser específico.

Inclusão de legendas e áudio descrição em vídeos

O Twitter não permite a edição de legendas diretamente na plataforma, por isso deve-se publicar um vídeo que já inclua legendas. Podem ser usadas ferramentas como YouTube Studio ou Amara para adicionar legendas antes de publicar o vídeo no Twitter.

Adicionar audiodescrição

Similarmente, o Twitter não permite adicionar audiodescrição diretamente na plataforma. Se o vídeo contiver elementos visuais importantes que não se possa compreender somente pelo próprio áudio, deve-se criar uma versão do vídeo com uma faixa de áudio adicional que descreva tais elementos antes de publicá-lo.

Recomendações:

- Assegurar-se de que as legendas sejam claras e estejam sincronizadas.

- Considerar usar plataformas de edição de vídeo que permitam a inclusão de legendas e audiodescrição, antes de publicar o vídeo no Twitter.

Uso de hashtags acessíveis

Usar maiúsculas em cada palavra da hashtag para melhorar a legibilidade.

Exemplo: #MudançaClimática ao invés de Mudançaclimática.

LinkedIn

Uso de texto alternativo em imagens

Passo a passo:

1. Publicar uma imagem:
 - Clicar em "iniciar publicação", no perfil ou na página da empresa.
 - Selecionar o ícone de imagem ou escolher a imagem que deseja publicar.
2. Adicionar texto alternativo:
 - Depois de selecionar a imagem, clicar em adicionar texto alternativo "
 - Escrever uma descrição Clara e concisa da imagem.
 - Clicar em publicar.

Recomendações:

- Descrever o conteúdo e o contexto da imagem de maneira detalhada.

Inclusão de legendas e audiodescrição em vídeos

Adicionar legendas:

O LinkedIn não permite adicionar legendas diretamente na plataforma.

Recomenda-se usar ferramentas como YouTube Studio e Amara para adicionar legendas antes de postar o vídeo no LinkedIn.

Adicionar audiodescrição

O LinkedIn também não permite adicionar áudio descrição diretamente. Se o vídeo contiver elementos visuais importantes que não possam ser compreendidos somente pelo próprio áudio, deve-se criar uma versão do vídeo com uma faixa de áudio adicional que descreva tais elementos antes de publicá-lo.

Recomendações:

- Certifique-se de que as legendas sejam claras e fáceis de ler.
- Incluir descrições detalhadas dos elementos visuais importantes nos vídeos.

Medidas para acessibilidade em perfis e páginas de empresa

Passo a passo:

1. Configuração do perfil:
 - Ir para o perfil e selecionar "editar perfil".
 - Assegurar-se de que todas as imagens tenham texto alternativo.
2. Configuração de página de empresa:
 - Ir para a página da empresa e selecionar "administrar páginas".
 - Revisar as configurações de acessibilidade e assegurar-se de que todo o conteúdo multimídia tenha texto alternativo e legendas.

Recomendações:

- Manter as informações de acessibilidade atualizadas.
- Revisar regularmente o conteúdo para garantir sua acessibilidade.

YouTube

Inclusão de texto alternativo

O YouTube não oferece nenhuma opção para adicionar texto alternativo aos vídeos. Contudo, pode-se utilizar outros métodos para proporcionar descrição do conteúdo visual:

1. Campo de descrição do vídeo:

Usar o campo de descrição do vídeo para disponibilizar descrição detalhada sobre o que trata o vídeo, especialmente se o mesmo não contiver áudiodescrição ou voz em off suficientemente descritiva.
2. Primeiro comentário fixado:

Fixar um comentário na sessão de comentários do vídeo com uma descrição detalhada dos elementos visuais importantes.

Recomendações:

- Assegurar-se de que as descrições no campo de descrição ou no comentário fixado sejam claras e detalhadas.
- Utilizar estas descrições como uma ferramenta para melhorar a acessibilidade do conteúdo para todos os usuários.

Uso de legendas nos vídeos

Passo a passo:

1. Publicar um vídeo:

- Iniciar sessão no YouTube e clicar no ícone da câmara no canto superior direito.
- Selecionar “Enviar vídeo” e escolher o arquivo de vídeo salvo em seu dispositivo.

2. Adicionar legendas:

- Depois de carregar o vídeo, ir para o YouTube estúdio.
- No menu da esquerda, selecionar "legendas".
- Clicar em "adicionar" junto ao idioma do vídeo.
- Escolher entre carregar um arquivo com as legendas, escrever as legendas manualmente ou usar a função de legendas automáticas e depois editar para assegurar a precisão.

Recomendações:

- Assegurar-se de que as legendas sejam claras e estejam sincronizadas com o áudio.
- Revisar e corrigir as legendas geradas automaticamente para evitar erros.

Adicionar audiodescrição

O YouTube não oferece a possibilidade de incluir áudio descrição diretamente na plataforma, a descrição deve ser adicionada durante a fase de edição do vídeo antes de publicá-lo no YouTube. Isso significa criar uma versão do vídeo que integra uma faixa de áudio adicional na qual sejam descritos os elementos visuais importantes não mencionados no áudio principal.

Recomendações:

- Assegurar-se de que a audiodescrição seja clara e proporcione informações adicionais essenciais para se compreender o conteúdo visual do vídeo
- Revisar o vídeo final para garantir que a audiodescrição esteja bem sincronizada e seja compreensível.

Critérios de acessibilidade web que devem ser contemplados para que a informação compartilhada não seja excludente

As Diretrizes de Conteúdos Web (WCAG) 2.2² Foram elaboradas para tornar o conteúdo web mais acessível para uma ampla Gama de pessoas com deficiências, incluindo a cegueira e a baixa visão.

A seguir será apresentado um resumo dos princípios, diretrizes e critérios de conformidade que são especialmente relevantes para garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência visual:

Princípios:

- 1. Perceptível:** As informações e os componentes da interface do usuário devem ser apresentados de forma que possam ser percebidas pelo usuário.
- 2. Operável:** Os componentes de interface de usuário e a navegação devem ser operáveis.
- 3. Compreensível:** A informação e a operação da interface de usuário devem ser compreensíveis.
- 4. Robusto:** O conteúdo deve ser robusto o suficiente para poder ser interpretado de forma confiável por uma ampla variedade de agentes de usuário, incluindo tecnologias assistivas.

² <https://www.w3.org>

Diretrizes e critérios de conformidade relevantes

1. Alternativas em texto (1.1):

Fornecer alternativas textuais para qualquer conteúdo não textual, para que possa ser transformado em outras formas de acordo com as necessidades dos usuários, tais como impressão com tamanho de fontes maiores, braille, fala, símbolos ou linguagem mais simples.

- 1.1.1 Conteúdo não textual:

Proporcionar Alternativa em texto para qualquer conteúdo não textual (imagens, gráficos etc) para que possa ser interpretado por tecnologias assistivas, como leitores de tela.

2. Adaptável (1.3):

Criar conteúdo que possa ser apresentado de diferentes maneiras (por exemplo um layout simplificado) sem perder informação ou estrutura.

- 1.3.1 Informação e relações:

Garantir que as informações e as relações no conteúdo possam ser determinadas através de software.

- 1.3.2 Sequência significativa:

Apresentar o conteúdo em uma ordem que preserve seu significado.

3. Discernível (1.4):

Facilitar a audição e a visualização de conteúdo aos usuários, incluindo a separação entre o primeiro plano e o plano de fundo.

- 1.4.1 Uso de cores:

Não utilizar somente a cor para transmitir as informações.

- 1.4.3 Contraste (mínimo):

Garantir que o texto e as imagens de texto tenham contraste suficiente com o fundo.

- 1.4.4 Redimensionar texto:

O texto deve poder ser redimensionado sem perda de conteúdo ou funcionalidade.

- 1.4.5 Imagens de texto:

Utilizar texto real ao invés de imagens de texto, sempre que for possível.

- 1.4.10 Realinhar:

Garantir que o conteúdo possa ser realinhado sem perda de informações nem funcionalidade e sem deslocamento horizontal.

4. Acessibilidade via teclado (2.1):

Fazer com que toda funcionalidade fique disponível a partir de um teclado.

- 2.1.1 Teclado:

Garantir que todo o conteúdo e funcionalidade possam ser operados através do teclado.

- 2.1.2 Sem bloqueio do teclado:

Se o foco do teclado puder ser movido para um componente da página utilizando uma interface de teclado, então o foco pode ser retirado desse componente utilizando apenas uma interface de teclado e, se for necessário mais do que as setas do cursor ou tabulação ou outros métodos de saída normalmente utilizados, o usuário deve ser informado sobre o método para retirar o foco.

5. Navegável (2.4):

Fornecer maneiras de ajudar os usuários a navegar, localizar conteúdos e determinar onde se encontram.

- 2.4.1 Contornar blocos:

Garantir que os usuários possam navegar sem ficar presos em qualquer parte do conteúdo.

- 2.4.2 Proporcionar títulos e cabeçalhos descritivos para as páginas:

As páginas web têm títulos que descrevem o tópico ou a finalidade.

- 2.4.4 Fornece formas de auxiliar os usuários a encontrarem o conteúdo:

A finalidade de cada link pode ser determinada a partir do próprio texto do link ou do texto do link junto com seu contexto determinado mediante programação, exceto quando a finalidade do link for ambígua para os usuários em geral.

- 2.4.7 Foco visível:

Qualquer interface de usuário operável por teclado dispõe de um modo de operação onde o indicador de foco do teclado está visível.

6. Previsível (3.2):

Fazer com que as páginas web apareçam e funcionem de modo previsível.

- 3.2.1 Em foco:

Quando qualquer componente de interface do usuário recebe o foco, não inicia uma mudança inesperada de contexto.

- 3.2.3 Navegação consistente:

Os mecanismos de navegação que são repetidos em múltiplas páginas web dentro de um conjunto de páginas web ocorrem na mesma ordem relativa a cada vez que são repetidos, a menos que uma mudança seja iniciada pelo usuário.

7. Assistência de entrada (3.3):

Como cumprir assistência de entrada

- 3.3.2 Rótulos ou instruções:

Rótulos ou instruções são fornecidos quando o conteúdo exigir a entrada de dados por parte do usuário.

8. Compatível (4.1):

Maximizar a compatibilidade com agentes de usuários atuais e futuros, incluindo tecnologias assistivas.

- 4.1.2 Nome, função, valor

Para todos os componentes de interface de usuário (incluindo, mas não se limitando a: elementos de formulário, links e componentes gerados por scripts), o nome e a função podem ser determinados programaticamente; os estados, as propriedades e os valores, que possam ser definidos pelo usuário, podem ser definidos programaticamente; e a notificação sobre alterações destes itens está disponível para os agentes de usuário, incluindo as tecnologias assistivas.

Novos critérios nas WCAG 2.2

- 2.4.11 Foco não obscurecido (mínimo)

Quando um componente de interface de usuário recebe foco do teclado, o componente não fica totalmente escondido por outros conteúdos.

- **2.4.12 Foco não obscurecido** (melhorado):

Garantir ainda mais a visibilidade do foco em diferentes situações.

- **2.5.8 Tamanho do alvo** (mínimo):

Garantir que os alvos para entradas de ponteiro sejam grandes o suficiente para que se possa selecioná-los facilmente.

Esses princípios, diretrizes e critérios de sucesso ajudam a garantir que as pessoas cegas ou com baixa visão possam acessar o conteúdo web de maneira efetiva e sem Barreiras. Para mais detalhes, consulte a versão completa das WCAG 2.2 no site da W3C.